



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Em 2009, o Governo da RAEM identificou 113 terrenos concedidos cujo aproveitamento não foi concluído dentro dos prazos e, dois anos depois, publicou que a falta de aproveitamento de 48 desses lotes era imputável aos concessionários, o mesmo não acontecendo com os remanescentes 65. No corrente ano, o Governo decidiu não declarar a caducidade da concessão de 16 dos referidos 48 terrenos e disse que existia a possibilidade de reaver, pelo menos, 26 das 65 parcelas cuja responsabilidade da falta de aproveitamento não é imputável aos concessionários. Existem, então, afirmações diferentes por parte do Governo.

Quanto à decisão de “deixar em paz” os 16 terrenos, o Governo só divulgou uma explicação incompleta sobre as razões que levaram à não-declaração da caducidade das suas concessões, inclusivamente, algumas razões incríveis, tais como, o Governo não conseguiu emitir as plantas de condições urbanísticas atempadamente; o concessionário fez um pedido e o Governo não deu resposta; o Governo, em relação a um determinado projecto, não conseguiu tratar atempadamente das formalidades junto do concessionário, etc., arrastando, assim, o processo e atirando a responsabilidade para o próprio Governo. A sociedade levantou grandes dúvidas sobre as referidas razões, nomeadamente, se estas eram fundamentadas, e criticou o Governo por ter divulgado informações de forma



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

faseada e pouco a pouco, como se apertasse um tubo de pasta de dentes, não tendo avançado com uma explicação integral para a decisão, o que é contrário ao princípio de governação “governo transparente”.

O Comissariado Contra a Corrupção já procedeu à investigação dos 16 terrenos que o Executivo decidiu “deixar em paz”, por isso, acredita-se que o relatório final possa permitir ao público analisar a decisão do Governo. No entanto, no que diz respeito aos outros terrenos não aproveitados, vão as autoridades publicar as informações detalhadas para evitar a eventual investigação do CCAC? Até ao momento, ainda não há um mecanismo público e transparente de divulgação das informações relativas à concessão de terras.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Quando é que as autoridades vão divulgar de uma vez por todas o relatório detalhado relativo aos 16 terrenos que o Governo decidiu “deixar em paz” e aos remanescentes cujo aproveitamento não foi concluído dentro dos prazos?
2. Porque é que existem afirmações diferentes por parte das autoridades relativamente a 65 desses terrenos e tencionam estas convidar representantes dos sectores da sociedade para participarem no processo de averiguação, com o objectivo de tornar a governação mais transparente?
3. Desde 2009, ou seja, durante os últimos seis anos, com quantos terrenos cuja finalidade de aproveitamento não foi cumprida se deparou o Governo?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

O Executivo vai tornar públicas informações detalhadas relativas aos terrenos em questão?

23 de Dezembro de 2015

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Si Ka Lon**